



Guia Prático

DAS OPERAÇÕES DO REFERENDO LOCAL

Município de Chaves
13 de setembro de 2020



Guia Prático

DAS OPERAÇÕES DO REFERENDO LOCAL

Município de Chaves
13 de setembro de 2020

Título:

*Referendo Local do Município de Chaves
13 de setembro de 2020
Guia Prático do Referendo Local*

Atualização e notas:

*Ana Cristina Guerreiro
Sofia Teixeira
Feliciano Alves*

Técnicos Superiores da Divisão Jurídica e de Estudos Eleitorais / Direção de Serviços de Apoio Técnico e Estudos Eleitorais da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)

Ponto 5. Logística e Finanças Eleitorais atualizado por:

Isabel Ramos, Chefe de Divisão de Administração Eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Coordenação Técnica:

*Isabel Miranda Gaspar, Diretora de Serviços de Apoio Técnico e Estudos Eleitorais, e
Sónia Tavares, Chefe da Divisão Jurídica e de Estudos Eleitorais da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna*

Coordenador Geral:

Joaquim Morgado, Secretário-Geral Adjunto da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Capa e arranjo gráfico:

Ana Soraia Monteiro, Técnica Superior da Divisão de Informação e Relações Públicas da Direção de Serviços de Documentação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Pré-impressão e impressão:

Editorial do Ministério da Educação e Ciência

Depósito Legal:

Tiragem:

63 exemplares

ÍNDICE

1. Apresentação	5
2. Intervenção das Comissões Recenseadoras/Juntas de Freguesia.....	7
2.1. Direito de voto	7
2.2. Inalterabilidade dos cadernos eleitorais	7
2.3. Assembleias/Secções de Voto – constituição	9
2.4. Mesas das Assembleias de Voto	9
A. Designação dos membros das mesas	9
B. Substituição dos membros das mesas.....	10
2.5. Cadernos Eleitorais e boletins de voto	10
2.6. Propaganda eleitoral.....	11
2.7. Voto antecipado	11
2.8. Abertura no dia do referendo	11
3. Intervenção da Câmara Municipal	13
3.1. Assembleias de voto.....	13
A. Determinação das Assembleias de voto.....	13
B. Local das assembleias de voto	13
C. Editais sobre as assembleias de voto	14
D. Designação dos delegados dos partidos, coligações e grupos de cidadãos	14
E. Designação dos membros das mesas	14
F. Substituição dos membros das mesas	14
G. Elementos de trabalho das mesas	15
3.2. Campanha para o referendo	15
3.3. Voto Antecipado	16
3.3.1. Voto antecipado por razões profissionais	16
3.3.2. Voto antecipado dos doentes internados, presos e estudantes	17
3.4. Recolha do material das Assembleias/Secções de voto	18
4. Assembleia de Apuramento Geral	19
5. Logística e Finanças Eleitorais	21
5.1. Equipamento Eleitoral	21
5.2. Impressos de apoio à condução do Referendo	21
5.3. Impressos de apoio às Assembleias de voto (dia do referendo).....	22
5.4. Distribuição dos boletins de voto.....	22
5.5. Transferência de verbas	22
5.5.1. Para as Autarquias Locais	22
5.5.2. Compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto	23
6. Anexos	24
- Modelos de editais e demais documentos	25
- Quadro cronológico das operações do referendo local	77

1. APRESENTAÇÃO

Com a publicação do presente Guia Prático pretende-se, como habitualmente, enumerar e descrever de forma acessível e sistematizada as competências legalmente atribuídas aos principais intervenientes no processo do referendo local do município de Chaves, com a questão **“Concorda com a reabertura da Ponte Romana de Chaves ao trânsito de veículos automóveis ligeiros, num único sentido?”**, cuja votação terá lugar no próximo dia **13 de setembro de 2020**.

Este trabalho divide-se em três grandes capítulos. O primeiro respeita à intervenção no processo do referendo das Juntas de Freguesia / Comissões Recenseadoras, o segundo ao da Câmara Municipal e o último ao da Assembleia de Apuramento Geral.

As referências legais utilizadas ao longo do guia reportam-se, à **Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto (Regime Jurídico do Referendo Local, com as alterações introduzidas pelas Leis Orgânicas n.ºs 3/2010, de 15 de dezembro, 1/2011, de 30 de novembro e 3/2018, de 17 de agosto)**.

Aproveitamos a oportunidade para lembrar que com a entrada em vigor da Lei n.º 47/2018, de 13 de agosto, que alterou e republicou a Lei n.º 13/99, de 22 de março (Lei do Recenseamento Eleitoral) o número de eleitor foi eliminado, passando os cadernos eleitorais a ser organizados por ordem alfabética dos eleitores dentro da assembleia de voto (freguesia) e posto de recenseamento, quando seja o caso.

Deste modo, pese embora o facto de a Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto (Lei Orgânica do Regime Jurídico do Referendo Local), não ter sofrido qualquer alteração, o facto é que, sendo o recenseamento eleitoral uno para todos os atos eleitorais e referendários (art.º 1.º da Lei do Recenseamento Eleitoral), todas as normas que referem de forma expressa o “número de eleitor” ou “número de inscrição no recenseamento eleitoral” devem considerar-se derogadas.

Em anexo incluem-se os modelos de editais e demais documentos que são referidos ao longo do texto e que devem ser mandados executar pelas entidades intervenientes no processo do referendo.

A Administração Eleitoral da SGMAL está à disposição de todos os intervenientes, no processo do referendo, para esclarecimento de dúvidas que possam ocorrer nos domínios das suas áreas de competência.

Podemos ser contactados para:

Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa

Telefone – **213 947 100**

Fax – **213 909 264**

E-mail: **adm.eleitoral@sg.mai.gov.pt**

2. INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES RECENSEADORAS / JUNTAS DE FREGUESIA

2.1. DIREITO DE VOTO

Podem exercer o direito de voto, no referendo local:

- a) Os cidadãos portugueses** recenseados na área correspondente ao município de Chaves - art.º 35.º, n.º 1.
- b) Os cidadãos de países de Língua Oficial Portuguesa** com residência legal em Portugal há mais de dois anos recenseados na área correspondente ao município de Chaves - Brasil e Cabo Verde - art.º 35.º, n.º 2.
- c) Os cidadãos da U.E.** não nacionais do Estado Português recenseados na área correspondente ao município de Chaves - art.º 35.º, n.º 3.

2.2. INALTERABILIDADE DOS CADERNOS ELEITORAIS

(LEI N.º 13/99, DE 22 DE MARÇO — LEI DO RECENSEAMENTO ELEITORAL, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 47/2018, de 13 de agosto)

O período de inalterabilidade dos cadernos eleitorais decorre **entre 29 de agosto e 13 de setembro** (art.º 59.º da **Lei n.º 13/99, de 22 de março – Lei do Recenseamento Eleitoral – Lei do RE**).

Para cumprimento deste período:

- a) A Administração Eleitoral, através do SIGRE, disponibiliza às C.R., **a partir de 31 de julho de 2020**, as listagens das alterações ocorridas nos cadernos de recenseamento (art.º 57.º, n.º 1, **da Lei do RE**);
- b) Estas listagens devem ser expostas nas sedes das C.R., **entre 5 e 10 de agosto de 2020**, para efeitos de consulta e reclamação dos interessados (art.º s 57.º, n.º 4 e 60.º a 65.º, **da Lei do RE**).

Durante este período, qualquer eleitor ou partido político pode reclamar, por escrito, com fundamento em omissões ou inscrições indevidas, perante as CR, devendo essas reclamações **ser encaminhadas para a Administração Eleitoral no mesmo dia, pela via mais expedita** (art.º 60.º, n.º 1.º, **da Lei do RE**).

No caso de reclamação por inscrição indevida as CR dão imediato conhecimento ao eleitor para, querendo, responder no prazo de dois dias, **devendo igualmente tal resposta ser remetida, no mesmo dia, pela via mais expedita, à Administração Eleitoral** (art.º 60.º, n.º 2, **da Lei do RE**).

A Administração Eleitoral decide as reclamações nos dois dias seguintes à sua apresentação, comunicando a sua decisão ao autor da reclamação, com conhecimento à CR que a afixa, de imediato, na sua sede ou local de funcionamento, bem como nos postos de recenseamento, quando existam (art.º 60.º, n.º 3, **da Lei do RE**).

Das decisões da Administração Eleitoral sobre as reclamações que lhe sejam apresentadas

cabe recurso para o Tribunal da Comarca da sede da respetiva CR (art.º 61.º, n.º 1, **da Lei do RE**).

Das decisões do Tribunal da Comarca pode ser interposto recurso para o Tribunal Constitucional (art.º 61.º, n.º 4, **da Lei do RE**).

O prazo para interposição de recurso para o Tribunal da Comarca ou Tribunal Constitucional, conforme os casos, **é de cinco dias a contar da afixação da decisão da Administração Eleitoral ou da decisão do Tribunal da Comarca** (art.º 62.º, **da Lei do RE**).

Decidida a reclamação e esgotado o prazo de recurso a Administração Eleitoral procede, quando for caso disso, às competentes alterações na BDRE e comunica-as à respetiva CR (art.º 60.º, n.º 4, **da Lei do RE**).

A Administração Eleitoral, através do SIGRE, disponibiliza às CR, os cadernos eleitorais em formato eletrónico, com vista à sua impressão e utilização no referendo (art.º 58.º, n.º 2, **da Lei do RE**).

São também disponibilizadas pela Administração Eleitoral no SIGRE, **a partir de 3 de agosto e até 27 de agosto de 2020**, as opções de "Gestão de Locais de Voto" e "Configuração de Cadernos Eleitorais", que permitem definir o local de funcionamento da assembleia de voto, efetuar o seu desdobramento em secções de voto e a correspondente organização dos cadernos eleitorais.

Deve ser confirmada ou atualizada a definição do(s) local(ais) de voto, com a respetiva associação de postos de recenseamento que já tenha sido anteriormente registada no SIGRE e, **efetuada a configuração dos cadernos eleitorais para este referendo**, assim se definindo a forma como estes são posteriormente emitidos.

Uma vez efetuada aquela configuração, em articulação com a respetiva Câmara Municipal, **podem ser também gerados no SIGRE os editais relativos aos locais e horários de funcionamento das secções de voto, contendo os nomes do primeiro e do último eleitor que nelas votam**.

Nesta oportunidade sugere-se também que, sempre que possível, sejam mantidos os locais de funcionamento das assembleias/secções de voto que têm vindo a ser utilizados em atos eleitorais anteriores, por forma a evitar qualquer perturbação quanto ao local onde os eleitores devem exercer o seu direito de sufrágio.

Para tanto, **revela-se imprescindível a colaboração da Câmara Municipal e das Comissões Recenseadoras**.

De salientar que, **caso não seja efetuada a configuração dos cadernos eleitorais para este referendo, será emitido um único caderno por CR e/ou posto de recenseamento**. Nesta circunstância e sempre que tal se revele necessário, as CR terão que proceder ao desdobramento físico dos cadernos.

2.3. ASSEMBLEIAS/SECÇÕES DE VOTO - CONSTITUIÇÃO

Até ao dia 9 de agosto a J.F. recebe comunicação do Presidente da Câmara Municipal de Chaves os desdobramentos das assembleias de voto (art.º 67.º, n.ºs 1 e 2).

Por iniciativa dos Presidentes de Juntas de Freguesia ou de, pelo menos 10 eleitores, pode ser apresentado recurso da decisão do Presidente da Câmara sobre os desdobramentos das assembleias de voto, para o tribunal da comarca com jurisdição na sede do distrito. Tal recurso é apresentado **no prazo de dois dias** após a publicação do edital que fixa os desdobramentos - portanto **até 11 de agosto** (art.º 67.º, n.ºs 3 e 4).

Da decisão do tribunal da comarca cabe recurso, no prazo de 1 dia, para o Tribunal Constitucional (art.º 67.º, n.º 5).

2.4. MESAS DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO

A. Designação dos membros das mesas (art.ºs 76.º, 77.º e 78.º)

No dia **26 de agosto**, pelas **21 horas**, os representantes dos partidos políticos, coligações e grupos de cidadãos eleitores, devidamente credenciados, reúnem-se na sede da J.F., para proceder à escolha dos membros das mesas das assembleias de voto. **Nesta reunião só podem estar presentes, os representantes dos partidos políticos e coligações que tenham declarado pretender tomar posição sobre a questão submetida a referendo, bem como os grupos de cidadãos eleitores intervenientes no referendo** (art.ºs 37.º, n.ºs 2 e 3, 73.º e 76.º, n.º 1).

Para esse efeito, as instalações da J.F. devem estar abertas.

De salientar que **o Presidente da J.F. apenas convoca a reunião, faculta o acesso às instalações da junta de freguesia, disponibiliza apoio logístico (caso seja necessário), nela não devendo tomar parte, nem interferir por qualquer meio no desenrolar dos trabalhos.**

Contudo, caso os representantes presentes manifestem interesse na sua presença pode assistir à reunião.

Se nesta reunião não for possível chegar a acordo, a designação resultará de sorteio a realizar, pelo presidente da junta de freguesia, nas 48 horas seguintes, entre os eleitores da assembleia de voto (art.º 76.º, n.º 2).

Depois de designados os membros de mesa, os seus nomes são publicados por edital (**modelo RL-17**), a afixar no prazo de 2 dias, à porta da sede da junta de freguesia, podendo qualquer eleitor reclamar contra a designação, perante o juiz da comarca, no mesmo prazo (o mais tardar até dia **1 de setembro**), com fundamento em preterição de requisitos fixados na lei (art.º 77.º). O Presidente da J.F. envia de imediato cópia do edital ao Presidente da C.M..

As reclamações são decididas no prazo de 1 dia, e se forem atendidas o juiz procede imediatamente à

escolha, comunicando-a ao Presidente da Junta o mais tardar até **2 de setembro** (art.º 77.º).

Até ao dia 7 de setembro o Presidente da C.M. participa as nomeações definitivas dos membros das mesas às Juntas de Freguesia respetivas (art.º 78.º). O modo dessa participação pode traduzir-se no envio de cópias dos alvarás de nomeação.

B. Substituição dos membros das mesas (art.º 82.º)

No próprio dia do referendo, se às 9h00 não tiver sido possível constituir a mesa por não estarem presentes o número mínimo (3) de membros deve o Presidente da Junta, designar os membros faltosos de entre os agentes eleitorais da correspondente bolsa (n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 22/99, de 21 de abril).

Caso não exista bolsa de agentes eleitorais ou, caso a mesma não se mostre apta a substituir os membros de mesa em falta, deve o Presidente da Junta, mediante acordo da maioria dos delegados presentes, designar os membros faltosos de entre os eleitores pertencentes a essa assembleia de voto (art.º 82.º, n.º 1).

Se, apesar da mesa se encontrar constituída, se verificar a falta de algum(ns) membro(s), a substituição deve ser efetuada por qualquer eleitor inscrito na bolsa de agentes eleitorais (n.º 2 do art.º 8.º da Lei n.º 22/99, de 21 de abril). Quando tal não seja possível, o Presidente da Junta, deve assegurar a substituição por qualquer eleitor pertencente à assembleia de voto, mediante acordo da maioria dos restantes membros da mesa e dos delegados dos partidos, coligações e grupos de cidadãos presentes, considerando-se sem efeito a partir desse momento a designação dos membros de mesa que não tenham comparecido (art.º 82.º, n.ºs 2 e 3).

Por esse motivo devem os Presidentes da J.F. acompanhar no próprio dia da votação, desde bem cedo, todo o processo de constituição das mesas na área das respetivas freguesias.

2.5. CADERNOS ELEITORAIS E BOLETINS DE VOTO

Até ao dia 9 de setembro as CR (recorrendo, quando necessário, à colaboração da C.M.) devem extrair duas cópias dos cadernos eleitorais, para serem entregues aos presidentes das mesas no dia da votação, até uma hora antes da abertura da assembleia de voto (art.º 71.º, n.ºs 1 e 3, conjugado com o art.º 58.º, n.º 2 **da Lei do RE**).

Quando haja desdobramento em secções de voto, essas cópias abrangem apenas as folhas correspondentes aos eleitores que tenham de votar em cada uma delas, devendo o seu número **não ultrapassar sensivelmente 1500 eleitores** (art.º 66.º, n.º 2, conjugado com o n.º 2 do art.º 52.º da Lei do RE).

A Administração Eleitoral providencia pelo envio dos boletins de voto às freguesias do Município de Chaves, competindo aos Presidentes das Juntas fazê-los chegar às mesas de voto.

2.6. PROPAGANDA ELEITORAL

A J.F. estabelece **até ao dia 28 de agosto** espaços especiais, em lugares certos, destinados à afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos, tantos quantos os partidos, coligações e grupos de cidadãos regularmente constituídos intervenientes no referendo (art.º 50.º).

2.7. VOTO ANTECIPADO

Até ao dia 13 de setembro a J.F. recebe do Presidente da C.M. ou do funcionário diplomático, no caso dos eleitores deslocados no estrangeiro, os envelopes contendo os votos dos cidadãos que votaram antecipadamente, nos termos dos art.ºs 119.º, 120.º, 120.º-A e 120.º-B.

Estes votos devem ser entregues às mesas respetivas até às 8 horas do dia do referendo (art.ºs 105.º, n.º 1, 119.º, n.º 9, 120.º, n.º 6, 120.º-A, n.º 1 e 120.º-B, n.º 3).

2.8. ABERTURA NO DIA DO REFERENDO

A J.F. deve estar aberta no dia do referendo para prestar as informações necessárias aos eleitores, sobre o local onde podem exercer o seu direito de voto (art.º 104.º, al. a) **(modelo RL-18)**.

Para o efeito, no próprio dia do referendo pode, inclusive, aceitar-se que o local de funcionamento da Junta seja próximo das secções de voto se as mesas estiverem situadas em local que seja relativamente distante do edifício da J.F..

De notar, porém, que nestes casos deve ser salvaguardada a distância suficiente que permita não causar qualquer tipo de perturbação ao desenrolar das operações de votação.

Sugere-se que, de qualquer destas medidas, seja dada a máxima publicidade.

3. INTERVENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

3.1. ASSEMBLEIAS DE VOTO

A. Determinação das Assembleias de voto (art.º 67.º)

Compete ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves determinar **até ao dia 9 de agosto** o desdobramento das assembleias de voto, devendo cada uma delas ter sensivelmente **1500 eleitores (art.ºs 67.º, n.º 1 e 66.º, n.º 2, conjugado com o n.º 2 do art.º 52.º da Lei do RE) (modelo RL-1).**

Recomenda-se, vivamente, à C.M., que efetue a determinação das assembleias de voto/secções de voto em estreita colaboração com as J.F. que, através do SIGRE, têm acesso aos cadernos eleitorais e que, por essa razão, estão na situação ideal para avaliar das necessidades na matéria. Dessa determinação será dado imediato conhecimento às Juntas de Freguesia através do envio do respetivo edital.

Atenta a possibilidade de ser apresentado recurso (no mínimo por 10 eleitores ou, pelo Presidente da Junta de Freguesia) da decisão do Presidente da C.M., o referido edital deve informar da possibilidade de recurso e dos prazos em que pode ser interposto (art.º 67.º, n.º 4). O tribunal da comarca decide em 2 dias devendo ser, de imediato, dado conhecimento dessa decisão.

Da decisão do tribunal da comarca cabe recurso para o Tribunal Constitucional no prazo de um dia, que profere a decisão final, em plenário, em igual prazo (art.º 67.º, n.º 5).

B. Local das assembleias de voto (art.ºs 68.º e 69.º)

Compete ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves determinar os locais de funcionamento das assembleias de voto. Para o efeito, deve requisitar os edifícios públicos necessários (escolas, sedes de municípios, Juntas de Freguesia, etc.) ou, na falta destes, edifícios particulares apropriados.

A Administração Eleitoral disponibiliza no SIGRE, a partir de **3 de agosto e até 27 de agosto de 2020**, a opção de "Gestão de Locais de Voto", que permite definir o local de funcionamento da assembleia de voto, efetuar o seu desdobramento e a correspondente organização dos cadernos eleitorais.

De igual modo, podem ser também gerados no SIGRE os editais relativos aos locais e horários de funcionamento das secções de voto, contendo os nomes do primeiro e do último eleitor que nelas votam.

Nesta oportunidade sugere-se também que, sempre que possível, sejam mantidos os locais de funcionamento das assembleias/secções de voto que têm vindo a ser utilizados em atos eleitorais anteriores, por forma a não introduzir qualquer alteração ao local onde os eleitores devem exercer o seu direito de sufrágio. Para tanto revela-se imprescindível a colaboração da Câmara Municipal e das Comissões Recenseadoras.

Aproveita-se a oportunidade para solicitar ao Presidente de Câmara que, na determinação

dos locais de funcionamento das assembleias/secções de voto, leve em consideração a boa acessibilidade das mesmas para todos os eleitores, nomeadamente os idosos e deficientes, procurando situá-las de preferência em pisos térreos e de fácil acesso.

C. Editais sobre as assembleias de voto (art.º 70.º)

Até **ao dia 29 de agosto** o Presidente da Câmara anuncia, através de **editais (modelo RL-3)** afixados nos locais de estilo, o **dia, hora e locais em que se reúnem as assembleias de voto.**

Os editais devem também designar os nomes dos cidadãos que votam em cada secção, constando dos mesmos os nomes do primeiro e do último eleitor do respetivo caderno eleitoral.

D. Designação dos delegados dos partidos, coligações e grupos de cidadãos (art.º 86.º)

Compete ao Presidente de Câmara entregar antecipadamente aos **partidos políticos, coligações e grupos de cidadãos as credenciais (modelo RL-4) destinadas aos delegados** (e respetivos suplentes) correspondentes às diversas assembleias/secções de voto, que os mesmos devem preencher e entregar, para assinatura e autenticação, ao Presidente da C.M. até ao dia **8 de setembro**, data em que indicam também, por escrito, os nomes de todos os delegados e suplentes.

Os delegados a quem compete a fiscalização das operações de voto antecipado devem, igualmente, ser credenciados, providenciando a C.M. para que as respetivas credenciais lhes sejam atempadamente entregues.

Da credencial, constam os seguintes elementos: nome, número do Cartão de Cidadão/B.I., arquivo e data do B.I. (se o tiver), partido, coligação ou grupo de cidadãos que representa e ainda a assembleia de voto onde vai exercer funções (art.º 86.º, n.º 2) **(modelo RL-4)**.

E. Designação dos membros das mesas (art.ºs 76.º, 77.º e 78.º)

Até ao dia 7 de setembro o Presidente da C.M. lavra os alvarás de nomeação dos membros das mesas das assembleias/secções de voto, enviando-os aos nomeados, e participa as nomeações às respetivas Juntas de Freguesia (art.º 78.º) **(modelos RL-5 e RL-6)**.

F. Substituição dos membros das mesas (art.º 79.º)

Até ao **dia 9 de setembro** os membros de mesa designados que justifiquem, nos termos do art.º 79.º, a impossibilidade de exercerem funções no dia do referendo, devem ser substituídos, imediatamente, pelo Presidente da C.M. (art.º 79.º, n.º 4), que deve dar conhecimento público do facto através de edital **(modelo RL-7)**.

De notar que o exercício de funções de membro de mesa é obrigatório e constitui um dever cívico (art.º 79.º, n.º 1).

Aos membros das mesas é atribuída uma gratificação, no montante de € 51,93 que será transferido para a C.M. pela Administração Eleitoral (Lei n.º 22/99, de 21 de abril, com a alteração introduzida pela Lei n.º 18/2014, de 10 de abril).

G. Elementos de trabalho das mesas (art.º 71.º, n.º 2)

O Presidente da Câmara Municipal de Chaves envia a cada Presidente da J.F., **até ao dia 10 de setembro**:

- a) **Um caderno** destinado às **atas** das operações de votação, com termo de abertura por ele assinado e com todas as folhas por ele rubricadas;
- b) os **impressos e restantes documentos** necessários.
(modelos RL-22 a RL-39).

3.2. CAMPANHA PARA O REFERENDO

No âmbito do período da campanha para o referendo (**que decorre entre 1 e 11 de setembro (art.º 45.º)**), deve a C.M. ter em conta o preceituado no **art.º 7.º da Lei n.º 97/88**, de 17 de agosto (Lei da afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda) que exige a colocação à disposição dos intervenientes na campanha **de espaços especialmente destinados à afixação de propaganda**.

Assim, até **ao dia 1 de agosto**, a C.M. através de editais (**modelo RL-8**) publicita os locais onde pode ser afixada propaganda.

A distribuição dos espaços deve ser equitativa de modo a que, em cada local destinado à afixação, cada partido, coligação ou grupo de cidadãos intervenientes disponha de uma área útil não inferior a 2 m² (art.º 7.º, n.º 2, da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto).

O Presidente da Câmara recebe **até 11 de agosto** as declarações dos proprietários de salas de espetáculo ou de outros recintos que se encontrem disponíveis para a realização da campanha, com indicação das datas e horas em que podem ser utilizados para aquele fim. Na falta de declaração ou quando haja manifesta falta de espaços, o presidente pode requisitar as salas ou recintos necessários, sem prejuízo da atividade normal ou já programada para os mesmos (art.º 56.º, n.º s 1 e 2).

Até ao dia 21 de agosto o Presidente da Câmara Municipal, ouvidos os representantes dos partidos, coligações ou grupos de cidadãos eleitores intervenientes no referendo, indica os dias e horas que lhes tiverem sido atribuídos, com respeito pelo princípio da igualdade (art.º 56.º, n.º 4).

3.3. VOTO ANTECIPADO

Voto antecipado (art.º s 118.º, 119.º e 120.º - B)

3.3.1. Voto antecipado por razões profissionais (art.º 119.º)

Voto antecipado dos militares, agentes de forças e serviços que exerçam funções de segurança, bombeiros e agentes da proteção civil, que no dia do referendo não possam deslocar-se à assembleia ou secção de voto por imperativo inadiável do exercício das suas funções, bem como os **trabalhadores marítimos, aeronáuticos, ferroviários e rodoviários de longo curso**, que por força da sua atividade profissional se encontrem presumivelmente embarcados ou deslocados no dia da realização do referendo, os **membros que representem oficialmente seleções nacionais organizadas por federações desportivas dotadas de estatuto de utilidade pública desportiva**, e se encontrem deslocados no estrangeiro, em competições desportivas, no dia da realização do referendo, e ainda **todos os eleitores, não abrangidos nas situações já referidas, que por força da representação de qualquer pessoa coletiva dos setores público, privado ou cooperativo, das organizações representativas dos trabalhadores ou de organizações representativas das atividades económicas**, e ainda **outros eleitores que, por imperativo decorrente das suas funções profissionais**, se encontrem impedidos de se deslocar à assembleia de voto no dia da realização do referendo.

Entre 3 e 8 de setembro de 2020, o Presidente da Câmara Municipal de Chaves recebe os eleitores que votam antecipadamente. No ato de votação, o cidadão deve indicar o seu nome e freguesia onde se encontra recenseado, entregando ao Presidente o documento de identificação, bem como o documento comprovativo do impedimento, assinado pelo seu superior hierárquico, pela entidade patronal ou outro que comprove suficientemente a existência do impedimento invocado (art.º 119.º, n.º 2).

O cidadão recebe do Presidente da Câmara:

- 2 envelopes (um branco e um azul);
- 1 boletim de voto.

Depois de assinalar devidamente o boletim de voto - em local onde seja preservado o segredo de voto (câmara de voto) - o eleitor dobra-o em quatro **e introdu-lo no envelope branco** que deve fechar adequadamente (art.º 119.º, n.º 5).

Este envelope (que, repete-se, só terá dentro o boletim de voto) é a seguir **introduzido no envelope azul juntamente com o documento comprovativo da impossibilidade de o eleitor se apresentar na assembleia de voto** (art.º 119.º, n.º 6).

O envelope azul é fechado, lacrado e assinado no verso, de forma legível, pelo Presidente da Câmara e pelo eleitor e enviado ao presidente da mesa da assembleia de voto do eleitor, ao cuidado da respetiva Junta de Freguesia (art.º 119.º, n.ºs 6 e 9) **(modelos RL-14 e RL-15)**.

O Presidente da Câmara entrega ao eleitor recibo comprovativo do exercício do direito de voto **(modelo RL-16)**, do qual constam o seu nome, residência, n.º do Cartão de Cidadão/Bilhete de

Identidade e assembleia de voto a que pertence, devendo este documento ser assinado pelo Presidente da Câmara e autenticado com o carimbo ou selo branco (art.º 119.º, n.º 7).

O Presidente da Câmara elabora uma **ata das operações de voto antecipado**, da qual constam, obrigatoriamente, o nome, o n.º do documento de identificação civil, a freguesia e posto de recenseamento onde o eleitor se encontra inscrito, enviando cópia da mesma à Assembleia de Apuramento Geral (art.º 119.º, n.º 8).

De notar que se consideram “agentes de forças e serviços que exerçam funções de segurança interna” aqueles que pertençam às forças e serviços referidos no artigo 25.º, da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Lei de Segurança Interna): Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Órgãos dos Sistemas de Autoridade Marítima e Aeronáutica e Serviço de Informações de Segurança.

3.3.2. Voto antecipado dos doentes internados, presos e estudantes (art.ºs 120.º e 120.º - B)

Os eleitores que, por motivo de doença se encontrem internados, ou presumivelmente internados, em estabelecimento hospitalar e por essa razão estejam impossibilitados de se deslocar à assembleia de voto, bem como os eleitores que se encontrem presos e os estudantes de instituições de ensino inscritos em estabelecimentos situados em distrito, região autónoma ou ilha diferente daquele por onde se encontram inscritos no recenseamento eleitoral **devem requerer ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves, até ao dia 24 de agosto, a documentação necessária ao exercício do direito de voto (art.ºs 120.º, n.º 1 e 120.º - B, n.º 1 - modelo RL-9).**

O cidadão deve fazer acompanhar este requerimento de:

- cópia do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade;
- certidão de eleitor;
- documento comprovativo do impedimento invocado, passado pelo médico assistente e confirmado pela direção do estabelecimento hospitalar, documento emitido pelo diretor do estabelecimento prisional ou declaração emitida pela direção do estabelecimento de ensino que ateste a admissão ou frequência do mesmo, conforme os casos.

Até ao dia **27 de agosto, o Presidente da Câmara Municipal** envia a estes eleitores, por correio registado com aviso de receção:

- um boletim de voto;
- um envelope de cor branca;
- um envelope de cor azul.

Esta documentação deve ser acompanhada dos documentos enviados pelo eleitor (art.ºs 120.º, n.º 2, al. a) e 120.º - B, n.º 1 - **modelo RL-10**).

O Presidente da Câmara Municipal de Chaves envia, até dia 27 de agosto, ao Presidente da Câmara Municipal da área onde se encontrem eleitores nas condições acima referidas, a relação nominal destes eleitores, bem como indicação dos estabelecimentos abrangidos (art.ºs 120.º, n.º 2, al.

b) e 120.º - B, n.º 1 - **modelo RL-11**).

Até ao dia 28 de agosto, o Presidente da Câmara Municipal em cuja área se situem os estabelecimentos abrangidos, onde haja voto antecipado, **notifica** os partidos, coligações e os grupos de cidadãos eleitores intervenientes na campanha para o referendo, para nomear delegados, dando conhecimento do local, dia e hora da sua realização. **Até ao dia 30 de agosto**, devem ser comunicados ao Presidente da Câmara Municipal os nomes dos delegados nomeados (art.ºs 120.º, n.º s 3 e 4 e 120.º - B, n.º 3 - **modelo RL-12**).

Entre 31 de agosto e 3 de setembro o Presidente da Câmara Municipal onde se situe o hospital, prisão ou estabelecimento de ensino recolhe aí os votos, em dia e hora previamente anunciados aos respetivos diretores e aos delegados dos partidos, coligações e grupos de cidadãos eleitores intervenientes na campanha para o referendo (art.ºs 120.º, n.º 5 e 120.º - B, n.º 3 - **modelo RL-13**).

O processo de votação destes eleitores é o descrito no ponto 3.3.1. (art.ºs 119, n.ºs 4 a 8 e 120.º - B, n.º 3) com as necessárias adaptações, resultantes dos condicionalismos dos regimes dos estabelecimentos abrangidos.

O Presidente da Câmara Municipal envia o voto antecipado à mesa da assembleia de voto/secção de voto, **ao cuidado do Presidente da J.F. onde os eleitores se encontrem recenseados** (art.ºs 120.º, n.º 6 e 120.º - B, n.º 3).

Cabe aqui uma chamada de atenção para a necessidade do **envio dos votos antecipados ser feito com a máxima brevidade**, por forma a que os mesmos sejam entregues em tempo às respetivas mesas de voto, onde serão descarregados e apurados.

Nota: Sobre esta matéria vejam-se os **modelos RL-14 e RL-15** cuja execução cabe à Câmara Municipal de Chaves.

Estes votos devem ser entregues às mesas respetivas até às 8 horas da data de realização do referendo local (art.º s 119.º, n.º 9, 120.º, n.º 6 e 120.º - B, n.º 3).

3.4. RECOLHA DO MATERIAL DAS ASSEMBLEIAS/SECÇÕES DE VOTO

Afigura-se muito útil a centralização **na C.M. da receção de todo o material** (em pacotes diferentes) **que as mesas das secções de voto devem entregar no final da votação e que se destina a três entidades distintas: tribunal da comarca com jurisdição na sede do distrito (boletins de voto não utilizados ou inutilizados, art.º 95.º), Juiz de Direito da Comarca (boletins de voto com votos válidos e votos em branco, art.º 137.º, n.º 1) e Assembleia de Apuramento Geral (atas, cadernos, boletins de votos nulos ou sobre os quais haja incidido reclamação ou protesto e demais documentos respeitantes ao referendo, art.º s 136.º e 139.º).**

Com esse objetivo deve o Presidente da Câmara Municipal de Chaves promover diligências no sentido de obter a necessária colaboração do tribunal da comarca com jurisdição na sede do distrito e do Juiz de Direito da Comarca.

4. ASSEMBLEIA DE APURAMENTO GERAL

O apuramento geral dos resultados do referendo compete a uma Assembleia de Apuramento Geral (A.A.G.) que inicia os seus trabalhos às 9 horas do **dia 15 de setembro**, no edifício da C.M. (art.ºs 140.º e 142.º, n.º 3).

Esta assembleia tem a seguinte composição:

- Um magistrado judicial ou seu substituto legal, e, na sua falta, um cidadão de comprovada idoneidade cívica designado pelo presidente do Tribunal da Relação do distrito judicial respetivo, que servirá de presidente com voto de qualidade;
- Dois juristas de reconhecido mérito escolhidos pelo presidente;
- Dois licenciados em Matemática que lecionem na área do concelho, designados pela direção escolar respetiva;
- O chefe da secretaria da câmara municipal de Chaves, que servirá de secretário, sem direito de voto.

(art.º 141.º)

A designação dos dois licenciados em Matemática que lecionem na área do concelho para integrarem a A.A.G. deve ser comunicada ao presidente **até ao dia 9 de setembro**.

A A.A.G. tem que ficar constituída **até ao dia 11 de setembro**, dando-se imediato conhecimento público dos nomes dos cidadãos que a compõem através de edital afixado à porta do edifício da Câmara Municipal (art.º 142.º, n.º 1) (**modelo RL-40**).

Nas vinte e quatro horas seguintes à votação são entregues ao Presidente da Assembleia de Apuramento Geral os boletins contendo votos nulos e aqueles sobre os quais haja incidido reclamação ou protesto, as atas, os cadernos eleitorais e demais documentos respeitantes ao referendo (art.ºs 136.º e 139.º).

Terminados os trabalhos da A.A.G. é elaborada imediatamente a ata, e nos dois dias posteriores, são enviados, pelo seguro do correio, dois exemplares da mesma, pelo respetivo Presidente à CNE (art.º 146.º, n.º 2).

Os cadernos e demais documentação presentes à A.A.G., bem como a ata, são confiados à guarda e responsabilidade do tribunal da comarca correspondente à área de realização do referendo (art.º 148.º).

Todas as certidões ou fotocópias da ata de apuramento geral são emitidas, no prazo de três dias, pela secretaria do tribunal responsável pela sua guarda, a pedido dos partidos, coligações ou grupos de cidadãos intervenientes na campanha do referendo (art.º 149.º).

5. LOGÍSTICA E FINANÇAS ELEITORAIS

Abordam-se, de forma sintética, as intervenções na área logística, abrangendo a manutenção do equipamento (urnas e câmaras de voto), os impressos de apoio à condução do referendo e ao funcionamento das assembleias de voto (dia do referendo), a distribuição dos boletins de voto e as transferências de verbas para as autarquias locais e para compensação dos membros das mesas das assembleias de voto. Dá-se ainda nota do seguinte procedimento a considerar.

5.1. EQUIPAMENTO ELEITORAL

É muito importante proceder, de forma continuada, à manutenção do equipamento eleitoral, a cargo das C.M., e daquele que se encontra distribuído pelas freguesias. Sempre que o estado das câmaras de voto exija reparação, recomenda-se a sua pronta execução, por forma a repor as adequadas condições de utilização. Para o presente referendo não está prevista qualquer distribuição de equipamento eleitoral.

A capacidade das urnas de voto é de, aproximadamente, 1 650 boletins de voto no modelo “prisma de base quadrada” e de 2 000 no modelo “tronco de pirâmide”. A eventual distribuição de mais do que uma urna por assembleia de voto deverá ter em conta a percentagem de votantes verificada na freguesia nos últimos atos eleitorais.

De acordo com o n.º 2 do artigo 66.º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto com as alterações introduzidas pelas Leis Orgânicas n.ºs 3/2010, de 15 de dezembro, 1/2011, de 30 de novembro, e 3/2018, de 17 de agosto (Lei Orgânica do regime jurídico do referendo local), as secções de voto serão organizadas de modo a não ser ultrapassado, sensivelmente, o número de 1500 eleitores. Esta disposição assume especial relevância nas freguesias urbanas, em que os locais de voto se encontram concentrados, permitindo por isso a redução do número de secções de voto, sem prejudicar a comodidade dos eleitores. Deve ainda tomar-se em conta a taxa média de afluência às urnas nos últimos atos eleitorais (percentagem de votantes).

5.2. IMPRESSOS DE APOIO À CONDUÇÃO DO REFERENDO

Os critérios de distribuição são determinados localmente pela Câmara Municipal:

- ▶ **Regime Jurídico do Referendo Local**
- ▶ **Guia prático das operações do referendo** (inclui os “modelos” de editais e outros documentos necessários)
- ▶ **Quadro cronológico**
- ▶ **Desdobráveis “voto antecipado”** - informação destinada aos eleitores que podem recorrer a esta modalidade de votação.
- ▶ **Cartaz anunciador**
- ▶ **Folhetos e Cartaz COVID-19**

5.3. IMPRESSOS DE APOIO ÀS ASSEMBLEIAS DE VOTO (dia do referendo)

Estes documentos e impressos são remetidos às Juntas de Freguesia pela Câmara Municipal de Chaves e compreendem:

- **Manual dos membros das mesas de voto;**
- **Caderno destinado às atas das operações de votação e apuramento parcial;**
- **Relações numéricas para contagem de descargas e de respostas afirmativas ou negativas (RNCDR), contagem de votos em branco (RNCVB) e contagem de votos nulos (RNCVN).**

Recorda-se que o termo de abertura dos cadernos destinados às atas, deverá ser, previamente, assinado pelo Senhor Presidente da C.M. n.º 2 do art.º 71.º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, com as alterações posteriores.

5.4. DISTRIBUIÇÃO DOS BOLETINS DE VOTO

A remessa dos boletins de voto contempla o quantitativo resultante do número de inscritos no recenseamento eleitoral, a reserva legal de 10% (n.º 2, art.º 94.º da Lei Orgânica n.º 4/2000 de 24 de agosto) e uma margem adicional para contemplar o voto antecipado. Deve dar-se especial atenção às medidas de segurança envolvendo a guarda e entrega dos boletins de voto e ao preceituado no n.º 2 do art.º 71.º da Lei atrás citada, quanto à entrega dos boletins de voto a cada presidente de Junta de Freguesia, até 2 dias antes do referendo.

São ainda enviados boletins de voto ampliados, na proporção de 2 exemplares por assembleia ou secção de voto, para afixação, imediatamente antes da abertura da votação.

5.5. TRANSFERÊNCIA DE VERBAS

5.5.1. Para as Autarquias Locais

A transferência de verbas para as autarquias locais, nos termos do disposto no art.º 163.º da Lei Orgânica n.º 4/2000 de 24 de agosto, destina-se a despesas com a preparação e realização do referendo. A nível local, podem considerar-se como significativas as despesas com:

- ▶ impressão de cópias dos cadernos de recenseamento;
- ▶ reparação de material eleitoral (urnas e câmaras de voto);
- ▶ preparação dos locais de voto (pessoal e outros pagamentos).

Os valores determinantes do montante a transferir são fixados por decreto-lei.

Chama-se a atenção para o facto de o n.º 4 do art.º 163.º já citado, dispor que **“a verba atribuída é consignada às freguesias...”**

Deverá, ainda, ser enviada a guia de receita da verba transferida para a Câmara Municipal.

5.5.2. Compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto

O pagamento das despesas com a compensação dos membros das mesas, nos termos do disposto no art.º 10.º da Lei n.º 22/99, de 21 de abril, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 18/2014, de 10 de abril, é suportado por verba inscrita no orçamento do Ministério da Administração Interna/ Administração Eleitoral que efetuará as necessárias transferências para os municípios. Em 2020, esse valor é de € 51,93.

A fórmula de cálculo do montante a transferir para cada município é a seguinte:

$$\mathbf{N.º \text{ de secções de voto } \times \mathbf{n.º \text{ membros de mesa } \times \mathbf{€ 51,93}}$$

Para o recebimento da gratificação terá de ser conferida a identidade do interessado face ao edital da constituição da mesa (n.º 2 do artigo n.º 81.º da Lei n.º 4/2000, de 24 de agosto).

Deverá ser enviada a guia de receita da verba transferida para a Câmara Municipal.

6. ANEXOS

INTERVENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

Edital

DETERMINAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO

_____, Presidente da Câmara Municipal de Chaves faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do artigo 67.º, da Lei n.º 4/2000, de 24 de agosto, que a assembleia de voto da freguesia de _____ foi desdobrada em _____ secções de voto.

Secção de voto n.º 1: (do eleitor _____
(nome do primeiro eleitor)
ao eleitor _____).
(nome do último eleitor)

Secção de voto n.º 2: (do eleitor _____
(nome do primeiro eleitor)
ao eleitor _____).
(nome do último eleitor)

etc.

Mais torna público, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, que desta decisão podem recorrer, no prazo de dois dias, para o tribunal da comarca com jurisdição na sede do distrito, o Presidente da Junta de Freguesia ou, pelo menos, 10 eleitores pertencentes à assembleia de voto em causa.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital - um para cada freguesia - será afixado nos lugares de estilo, nomeadamente à porta da Câmara Municipal e de cada uma das Juntas de Freguesia do Município.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020
CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

Edital
DETERMINAÇÃO DOS LOCAIS DE FUNCIONAMENTO
DAS ASSEMBLEIAS E SECÇÕES DE VOTO

Nos termos do artigo 69.º, da Lei n.º 4/2000, de 24 de agosto, torna-se público que na área deste concelho as assembleias e secções de voto funcionam nos seguintes locais:

Freguesia de _____

Secção de voto n.º 1 - _____
 (local)

Secção de voto n.º 2 - _____
 (local)

.....
 Freguesia de _____

Secção de voto n.º 1 - _____
 (local)

Secção de voto n.º 2 - _____
 (local)

etc.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

 (assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital é afixado na Câmara Municipal de Chaves. Deve também ser enviada uma cópia para cada uma das freguesias do município para serem afixadas nos lugares de estilo.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

Edital

ANÚNCIO DO DIA, HORA E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DAS ASSEMBLEIAS OU SECÇÕES DE VOTO

FREGUESIA DE _____

_____, Presidente da Câmara Municipal de Chaves faz público, nos termos dos n.ºs 1 e 2, do artigo 70.º, da Lei n.º 4/2000, de 24 de agosto, que a(s) assembleia(s) de voto da freguesia de _____ funcionam entre as **08.00 e as 19.00 horas do dia 13 de setembro de 2020** no(s) seguinte(s) local(ais):

Secção de voto n.º 1: _____
(local)
(do eleitor _____
(nome do primeiro eleitor)
ao eleitor _____).
(nome do último eleitor)

Secção de voto n.º 2: _____
(local)
(do eleitor _____
(nome do primeiro eleitor)
ao eleitor _____).
(nome do último eleitor)

etc.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: 1. No caso de freguesias em que haja apenas um local de voto o edital contém apenas:

"A assembleia de voto para todos os eleitores inscritos no recenseamento desta freguesia funciona em

(local)"

2. Este modelo de edital deve ser afixado nos lugares de estilo de cada uma das respetivas freguesias e da sede do município.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020
CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

CREDENCIAL ⁽¹⁾

_____, inscrito no recenseamento eleitoral
(nome)
da freguesia de _____, portador do Cartão de Cidadão/Bilhete de
identidade n.º _____, é delegado/suplente de _____ (2)
na Assembleia/Secção de voto n.º _____ da freguesia de _____ deste
concelho, na votação para o referendo, que se realiza no dia 13 de setembro de 2020. (3)

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: (1) Credencial conforme o disposto no n.º 2 do art.º 86.º, da Lei n.º 4/2000, de 24 de agosto.

(2) Partido/Coligação/Grupo de Cidadãos.

(3) O preenchimento deste documento compete aos partidos/coligações/grupos de cidadãos e deve ser entregue na Câmara Municipal juntamente com uma relação de todos os seus delegados com a indicação da assembleia ou secção de voto para que foram designados, nos prazos e para os efeitos legais (art.º 86.º da Lei n.º 4/2000, de 24 de agosto).



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

Alvará

NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO

_____, Presidente da Câmara Municipal de Chaves, designa, nos termos do artigo 78.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, e com referência aos cargos a desempenhar, os cidadãos abaixo indicados, para membros da Mesa (da secção de voto n.º _____), da assembleia de voto da freguesia de _____ deste município.

Presidente _____
 Vice-Presidente _____
 Secretário _____
 Escrutinador _____
 Escrutinador _____

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

 (assinatura e autenticação)

NOTA: Para efeitos do disposto no artigo 78.º da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, deve ser enviada até 5 dias antes do dia do referendo cópia deste alvará às Juntas de Freguesia respetivas.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020
CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

(OFÍCIO A ENVIAR AOS MEMBROS DAS MESAS)

_____ (nome)

_____ (morada)

**Assunto: Designação para o exercício de funções de membro de mesa
Referendo Local Município de Chaves – 13 de setembro de 2020**

Exm.º(a) Senhor(a)

Conforme cópia do alvará de nomeação que se remete em anexo, foi **V. Exa. designado(a) para exercer funções de membro de mesa, na secção de voto n.º _____ da assembleia de voto da freguesia de _____** que funcionará em _____, no dia 13 de setembro de 2020.

Em conformidade com o estabelecido no n.º 1, do art.º 79.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, **o desempenho das referidas funções, que consubstancia o exercício de um dever cívico fundamental, é obrigatório.**

Caso não lhe seja possível assegurar o desempenho das funções para que foi designado, por motivo de força maior ou justa causa, deve comunicar tal facto ao Presidente da Câmara Municipal, o mais tardar até 3 dias antes do referendo, **justificando, fundamentadamente essa impossibilidade** (art.º 79.º, n.º 3, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto).

Nesta oportunidade, cumpre salientar que **os membros de mesa são dispensados do dever de comparência ao respetivo emprego ou serviço no dia do referendo e no dia seguinte, devendo para o efeito fazer prova bastante do exercício dessas funções** (art.º 80.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto).

A finalizar, mais se informa que, **no próximo dia 13 de setembro, V. Exa. deve comparecer no local de funcionamento da secção de voto para que foi nomeado, pelas 07.00 horas**, atenta a necessidade de preparação de todo o material destinado às operações de votação e apuramento, **com vista a que se possa dar início às operações de votação às 08.00 horas.**

Com os melhores cumprimentos

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

_____ (assinatura e autenticação)

NOTA: 1. Este ofício deve ser acompanhado do alvará de nomeação devidamente autenticado.

2. Os membros da mesa devem saber ler e escrever português e estar inscritos nos cadernos eleitorais da assembleia/secção de voto para que foram nomeados (art.º 74.º, n.º 2 da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto).



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

Edital

SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO

_____, Presidente da Câmara Municipal de Chaves, faz público, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4, do artigo 79.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, que passa(m) a desempenhar as funções de membro(s) da mesa da secção de voto n.º _____ da assembleia de voto da freguesia de _____ deste município o(s) seguinte(s) cidadão(s):

Presidente	_____
Vice-Presidente	_____
Secretário	_____
Escrutinador	_____
Escrutinador	_____

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital deve ser enviado, imediatamente a seguir à sua publicação, à Junta de Freguesia.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020
CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

Edital
LOCAIS PARA AFIXAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL

_____, Presidente da Câmara Municipal de Chaves, torna público que, nos termos do artigo 7.º, da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, os locais destinados a afixação de propaganda eleitoral são os seguintes:

etc.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital deve ser afixado até 30 dias antes da abertura da campanha eleitoral (1 de agosto).

INTERVENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL **VOTO ANTECIPADO**



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

MODELO DE REQUERIMENTO A ENVIAR PELO ELEITOR (DOENTE INTERNADO, PRESO OU ESTUDANTE) AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Chaves

Assunto: Referendo Local - 13 de setembro de 2020
Voto antecipado. Requerimento.

_____, inscrito no recenseamento eleitoral no posto _____, da freguesia de _____ desse município, nos termos do n.º 1, do artigo 120.º e do n.º 1, do artigo 120.º - B, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, vem requerer a V. Ex.ª o envio da documentação necessária ao exercício do direito de voto antecipado para a seguinte morada:

* _____

Para o efeito remete-se, nos termos da lei, os seguintes documentos:

- cópia do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade;
- certidão de eleitor;
- documento comprovativo do impedimento.**

Com os melhores cumprimentos

(assinatura)

* morada (indicando freguesia e concelho) do estabelecimento hospitalar, prisional ou de ensino.

** emitido por:

- a) doentes internados - médico assistente, confirmado pela direção do estabelecimento hospitalar;
- b) presos - diretor do estabelecimento prisional;
- c) estudantes - direção do estabelecimento de ensino.

NOTA: Este requerimento tem de dar entrada na Câmara Municipal o mais tardar **até 24 de agosto**.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020
CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

MODELO DE COMUNICAÇÃO A ENVIAR PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES AO ELEITOR (DOENTE INTERNADO, PRESO OU ESTUDANTE) QUE VOTA ANTECIPADAMENTE

Exmo.(a) Senhor(a)

 (nome e endereço)

Assunto: Referendo Local - 13 de setembro de 2020

**Voto antecipado. Envio da documentação necessária ao exercício do direito de voto.
 Devolução de documentação.**

Em cumprimento do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 120.º e do n.º 1, do artigo 120.º-B, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, e em resposta ao requerimento de V. Ex.ª junto remetemos:

- um boletim de voto;
- um sobrescrito de cor branca;
- um sobrescrito de cor azul.

Junto devolvemos também, nos termos da mesma disposição legal, a documentação que por V. Ex.ª nos foi remetida:

- cópia do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade;
- certidão de eleitor;
- documento comprovativo do impedimento.

Para exercer o seu direito de voto antecipado, deve V. Ex.ª aguardar a presença nesse estabelecimento do Presidente da Câmara Municipal entre os dias 31 de agosto e 3 de setembro de 2020.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara Municipal

 (assinatura e autenticação)

NOTA: Esta resposta deve ser remetida até ao dia **27 de agosto**.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

MODELO DE RELAÇÃO NOMINAL COM INDICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES, PRISIONAIS E DE ENSINO ONDE EXISTEM ELEITORES QUE VOTAM ANTECIPADAMENTE, A ENVIAR PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ONDE OS ELEITORES SE ENCONTREM

Exmo. Senhor
 Presidente da Câmara Municipal
 de _____

Assunto: Referendo Local - 13 de setembro de 2020

Voto antecipado. Relação nominal e indicação de estabelecimentos hospitalares, prisionais e de ensino.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 120.º e do artigo 120.º- B, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, informa-se V.Ex.ª que os eleitores recenseados na área deste município que requereram e a quem foi enviada a documentação para o exercício antecipado do direito de voto em estabelecimentos hospitalares/prisionais/de ensino da área desse município, são os seguintes:

- _____
(estabelecimento hospitalar/prisional/de ensino)
 _____ n.º de identificação civil _____ freguesia de _____
(nome)
 - _____
(estabelecimento hospitalar/prisional/de ensino)
 _____ n.º de identificação civil _____ freguesia de _____
(nome)
- etc.

- _____
(estabelecimento hospitalar/prisional/de ensino)
 _____ n.º de identificação civil _____ freguesia de _____
(nome)
 - _____
(estabelecimento hospitalar/prisional/de ensino)
 _____ n.º de identificação civil _____ freguesia de _____
(nome)
- etc.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Esta relação deve ser remetida até ao dia 27 de agosto.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE _____

MODELO DE NOTIFICAÇÃO A ENVIAR AOS PARTIDOS, COLIGAÇÕES E GRUPOS DE CIDADÃOS INTERVENIENTES PARA NOMEAÇÃO DE DELEGADOS PARA FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DO VOTO ANTECIPADO

(nome do partido, coligação ou grupo de cidadãos e moradas)

Assunto: Referendo Local - 13 de setembro de 2020

Voto antecipado. Notificação para nomeação de delegados.

Em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 120.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, notifica-se esse partido/ coligação/ grupo de cidadãos de que a nomeação de delegados para fiscalização das operações de voto antecipado deve ser efetuada até ao dia 15 de março.

Para o efeito, mais se informa que os estabelecimentos hospitalares, prisionais e de ensino da área deste município são os seguintes:

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: Esta notificação deve ser efetuada até ao dia 28 de agosto.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE _____

MODELO DE COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL AOS DELEGADOS DOS PARTIDOS, COLIGAÇÕES E GRUPOS DE CIDADÃOS E DIRETORES DOS ESTABELECIMENTOS ABRANGIDOS ANUNCIANDO OS DIAS E HORAS EM QUE SE PROCEDE AO VOTO ANTECIPADO

Exmo. Senhor

(delegados/diretores dos estabelecimentos hospitalares/
prisionais/de ensino)

Assunto: Referendo Local - 13 de setembro de 2020

Comunicação dos locais, dias e horas de exercício do voto antecipado.

Em cumprimento do disposto no n.º 5, do art.º 120.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, informa-se V. Ex.^a que são os seguintes os locais, dias* e horas de exercício do voto antecipado na área deste município:

_____ às _____ horas do dia _____
(local)
_____ às _____ horas do dia _____
(local) etc.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara Municipal

(assinatura e autenticação)

NOTA: *Entre os dias 31 de agosto e 3 de setembro.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

Voto Antecipado (FACE DO SOBRESCRITO AZUL)

(Remetente):

Presidente da Câmara Municipal
de _____

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia de Voto/
Secção de Voto a que pertence o
cidadão eleitor _____
(nome)
com o n.º de identificação civil _____
Ao cuidado da Junta de Freguesia
de _____
Concelho de _____

NOTA: Neste sobrescrito deve ser introduzido o sobrescrito de cor branca (onde está o boletim de voto) juntamente com o documento comprovativo(*) da impossibilidade de o eleitor se deslocar à assembleia ou secção de voto no dia da realização do referendo.

Deve ser devidamente fechado e lacrado - contendo o sobrescrito branco e o documento justificativo - e ser enviado após o termo da votação antecipada.

(*) Razões profissionais - documento passado pelo superior hierárquico, pela entidade patronal ou outro que comprove suficientemente a existência do impedimento;
Doentes - documento passado pelo médico assistente e confirmado pela direcção do estabelecimento hospitalar;
Presos - documento emitido pelo diretor do estabelecimento prisional;
Estudantes - documento emitido pela direcção do estabelecimento de ensino que ateste a sua admissão ou frequência.



Voto Antecipado

(VERSO DO SOBRESCRITO AZUL)

Presidente da Câmara Municipal de _____

(assinatura)

O Cidadão Eleitor

(assinatura)



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

Recibo comprovativo de voto antecipado

Para os efeitos do disposto no artigo 119.º, n.º 7, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, declara-se que _____, residente em _____
 _____ portador do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade n.º
 _____, inscrito na assembleia de voto (ou secção de voto de) _____,
 exerceu antecipadamente o seu direito de voto no dia ____ de _____ de 2020.

O Presidente da Câmara Municipal

de _____

 (assinatura e autenticação)

INTERVENÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA/ COMISSÃO RECENSEADORA



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

JUNTA DE FREGUESIA DE _____

Edital DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA

_____, Presidente da Junta de Freguesia de _____, faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do artigo 77.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, que foram designados para desempenhar funções de membros da mesa da assembleia de voto da freguesia de _____ os seguintes cidadãos:

Secção de voto n.º _____

Presidente _____
 Vice-Presidente _____
 Secretário _____
 Escrutinador _____
 Escrutinador _____

Secção de voto n.º _____

etc.

.....

Mais torna público que, desta decisão, pode qualquer eleitor recorrer, no prazo de 2 dias, para o Juiz da Comarca, com fundamento em preterição dos requisitos fixados na lei.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Junta de Freguesia

 (assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital deve ser afixado à porta das Juntas de Freguesia, no prazo de dois dias após a designação.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

JUNTA DE FREGUESIA DE _____

Edital

FUNCIONAMENTO DA JUNTA DE FREGUESIA

_____, Presidente da Junta de Freguesia, faz público, nos termos da alínea a), do artigo 104.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, que os seus serviços se encontram em funcionamento no dia da realização do referendo.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Junta de Freguesia

(assinatura)



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

JUNTA DE FREGUESIA DE _____

Recibo

Recebi, nos termos do artigo 71.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, do Presidente da Câmara Municipal de Chaves:

- um caderno de atas;
- impressos, mapas e demais documentos.

destinados ao referendo local de 13 de setembro de 2020.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Junta de Freguesia

de _____

(assinatura)

NOTA: Toda esta documentação deve ser entregue até 2 dias antes da data da realização do referendo.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

JUNTA DE FREGUESIA DE _____

Exmo. Senhor
 Presidente da Assembleia/Secção de Voto n.º ____
 da Freguesia de _____

SOBRESCRITO OU PACOTE

.....

Este sobrescrito contém **2 cópias dos cadernos eleitorais**, um caderno destinado à ata das operações eleitorais e demais **impressos e mapas** que se torne necessário utilizar no ato do referendo.

NOTA: Este sobrescrito deve ser entregue até 1 hora antes da abertura da Assembleia de Voto, como prescreve o artigo 71.º, n.º 3 da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, conjugado com o artigo 58.º, n.º 2 da Lei n.º 13/99, de 22 de março.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

JUNTA DE FREGUESIA DE _____

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia/Secção de Voto n.º ____
da Freguesia de _____

SOBRESCRITO OU PACOTE

.....

Este sobrescrito contém _____ boletins de voto.

NOTA: Este sobrescrito deve conter os boletins de voto, em número igual ao dos eleitores inscritos na assembleia ou secção de voto, mais 10%. Deve ser fechado, lacrado e entregue ao presidente da mesa até 1 hora antes da abertura da assembleia/secção de voto. De salientar que este sobrescrito só pode ser aberto após o início dos trabalhos preparatórios devendo, os membros de mesa, verificar se o número de boletins de voto recebidos corresponde ao indicado.

INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA DE VOTO



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Recibo

Recebi, nos termos dos artigos 71.º, n.º 3 e 94.º, n.ºs 1 e 2, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, do Presidente da Junta de Freguesia de _____.

- duas cópias dos cadernos eleitorais;
- um caderno de atas;
- impressos, mapas e demais documentos;
- os boletins de voto;

destinados ao referendo local de 13 de setembro de 2020.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia de Voto/
Secção de Voto n.º _____
da Freguesia de _____

(assinatura)

NOTA: Toda esta documentação **deve ser entregue o mais tardar até 1 hora antes** da abertura da assembleia de voto.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Edital CONSTITUIÇÃO DA MESA

_____, Presidente desta Assembleia/Secção de voto, faz público, nos termos do artigo 81.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, que pelas _____ horas do dia 13 de setembro de 2020 se constituiu a respetiva Mesa com os seguintes membros:

Presidente	_____
Vice-Presidente	_____
Secretário	_____
Escrutinador	_____
Escrutinador	_____

Mais faz público que nesta Assembleia/Secção de Voto estão inscritos _____ eleitores.

Para constar e mais efeitos, se lavrou o presente edital, que vai ser afixado à porta desta Assembleia/Secção de Voto.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Assembleia

(assinatura)



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Edital

ALTERAÇÕES À CONSTITUIÇÃO DA MESA

_____, Presidente da Mesa desta Assembleia/Secção de Voto, faz público, nos termos do artigo 83.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, que pelas _____ horas houve alteração na constituição da Mesa pelos motivos seguintes:

A constituição da Mesa passa a ser a seguinte:

Presidente _____
 Vice-Presidente _____
 Secretário _____
 Escrutinador _____
 Escrutinador _____

Para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado à porta do edifício onde funciona esta Assembleia/Secção de Voto.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa

 (assinatura)



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO

N.º _____

Do eleitor _____
(nome)

Ao eleitor _____
(nome)

NOTA: Cartaz a ser afixado à porta das secções de voto das freguesias onde haja desdobramento da respetiva assembleia de voto. Recomenda-se que a dimensão deste cartaz seja, no mínimo, A3.

**REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020**

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Certidão
EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

A solicitação do próprio certifica-se que _____ portador do documento de identificação civil n.º _____, eleitor desta freguesia, exerceu o seu direito de sufrágio nesta Assembleia/Secção de Voto.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: Esta certidão pode ser autenticada, pela Junta de Freguesia, se tal for solicitado pelo eleitor.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Certidão **EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE MEMBRO DE MESA**

Nos termos e para os efeitos previstos no art.º 80.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, certifico que _____, exerceu as funções de membro de mesa desta Assembleia/Secção de Voto, em conformidade com o constante do respetivo alvará de nomeação.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: Esta certidão deve acompanhar a cópia do alvará de nomeação para efeitos de prova do estipulado no artigo 80.º (direito dos membros da mesa a dispensa do dever de comparência ao respetivo emprego ou serviço no dia da realização do referendo e no dia seguinte).

**REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020**

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Certidão**EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE DELEGADO/SUPLENTE DE DELEGADO**

Para o efeito previsto no artigo 88.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, certifico que _____, exerceu as funções de delegado/suplente de delegado nesta Assembleia/Secção de Voto, em conformidade com o constante na respetiva credencial.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: Esta certidão deve acompanhar a credencial para efeitos da prova referida no art.º 80.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, aplicável por força do disposto no art.º 88.º, n.º 2, do mesmo diploma legal.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Deliberação da Mesa

Tendo sido apresentado por _____ à Mesa desta Assembleia de voto/
Secção de voto a seguinte reclamação, protesto ou contraprotesto:

Deliberou esta mesa, por maioria absoluta dos membros presentes, o seguinte:

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: De notar que nos termos do previsto nos n.ºs 2 e 3, do art.º 121.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, a mesa não pode recusar-se a receber reclamações, protestos ou contraprotestos, os quais depois de recebidos e apensos à ata, devem ser objeto de deliberação da mesma. A deliberação pode ser proferida no final da votação, se a mesa entender que tal não afeta o normal funcionamento das operações de votação.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Certidão

DA DELIBERAÇÃO DA MESA SOBRE RECLAMAÇÕES, PROTESTOS OU CONTRAPROTESTOS

Na sequência do requerimento apresentado por _____
 ao abrigo das disposições constantes dos art.º s 87.º, n.º 1, al. f) e 121.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de
 24 de agosto, certifica-se que:

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa

 (assinatura)



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Certidão de Afixação

Certifica-se que às _____ horas e _____ minutos de hoje, se faz afixar na porta principal do edifício onde está instalada, o edital tornando público _____

Por ser verdade, se passa a presente certidão.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: Este modelo de certidão, de carácter residual, destina-se a publicitar qualquer ocorrência/deliberação da mesa cuja natureza imponha ou aconselhe a sua publicação e que não esteja expressamente prevista em qualquer outro modelo disponibilizado.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Exmo. Senhor

Juiz Presidente (do tribunal da comarca com
jurisdição na sede no distrito)

de _____

SOBRESCRITO OU PACOTE

.....
(FECHADO E LACRADO)

NOTA: Este sobrescrito destina-se a conter os **boletins de voto não utilizados e os inutilizados pelos eleitores** e deve ser remetido, fechado e lacrado, no dia seguinte ao da realização do referendo (art.º 95.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto).

Dentro deste sobrescrito segue também o ofício de modelo RL-33.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

OFÍCIO

Exmo. Senhor

Juiz Presidente (do tribunal da comarca com
jurisdição na sede no distrito)

de _____

Assunto: Devolução dos boletins de voto não utilizados e inutilizados.

O Presidente da Assembleia/secção de voto n.º _____, da Freguesia de _____, tendo recebido _____ boletins de voto para serem utilizados nas operações de votação do referendo local de 13 de setembro de 2020, do município de Vizela, vem, nos termos do disposto nos artigos 95.º e 127.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, devolver a V. Ex.ª _____ boletins de voto não utilizados e _____ inutilizados pelos eleitores.

Com os melhores cumprimentos

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa

(assinatura)



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Edital

NÚMERO DE BOLETINS DE VOTO ENTRADOS NA URNA

_____, Presidente desta Assembleia/Secção de Voto, faz público, nos termos do n.º 4, do artigo 128.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, que o **número de boletins de voto entrados** na(s) urna(s) desta Assembleia/Secção de Voto é de: _____.

E para constar se lavrou este edital que, depois de lido em voz alta, vai ser afixado à porta desta Assembleia/Secção de Voto.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa

(assinatura)

NOTA: Este edital deve ser afixado à porta principal da Assembleia ou Secção de Voto.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Edital APURAMENTO PARCIAL

_____, Presidente desta Assembleia/Secção de voto, faz público, nos termos do disposto no artigo 134.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, é o seguinte o resultado do **apuramento parcial**:

Respostas afirmativas (SIM) _____

Respostas negativas (NÃO) _____

Mais faz público que:

O n.º de **votos em branco** é de _____

O n.º de **votos nulos** é de _____

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa

(assinatura)



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia de
Apuramento Geral

SOBRESCRITO OU PACOTE

.....
(FECHADO E LACRADO)

NOTA: Este sobrescrito destina-se, nos termos dos art.ºs 136.º e 139.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, a conter **a ata, os cadernos eleitorais, os boletins de voto com votos nulos e aqueles sobre os quais hajam incidido reclamações ou protestos**, depois de rubricados, e demais **documentos respeitantes ao referendo**. Ele conterà também o ofício de modelo RL-37.

Será entregue pessoalmente contra recibo pelo Presidente da Assembleia ou Secção de Voto, ao Presidente da Assembleia de Apuramento Geral ou remetido pelo seguro do correio, nas 24 horas seguintes à votação.

A Assembleia de Apuramento Geral funciona no edifício da Câmara Municipal.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECÇÃO DE VOTO N.º _____

OFÍCIO

Exmo. Senhor
 Presidente da Assembleia de
 Apuramento Geral

Assunto: Remessa da documentação.

Junto se remetem a V.Ex.^a ao abrigo dos artigos 136.º e 139.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, a ata, os cadernos eleitorais, os boletins de voto com votos nulos e boletins de voto sobre os quais incidiram reclamações ou protestos, depois de rubricados, e os demais documentos respeitantes ao referendo.

Com os melhores cumprimentos

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Mesa

 (assinatura)

NOTA: Este ofício destina-se a ser enviado juntamente com o sobrescrito de modelo RL-36.

**REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020**

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SEÇÃO DE VOTO N.º _____

Exmo. Senhor

Dr. Juiz de Direito da Comarca

de _____

SOBRESCRITO OU PACOTE.....
(FECHADO E LACRADO)

NOTA: Este sobrescrito destina-se a conter **os boletins de voto com votos válidos e os boletins de voto com votos em branco** (art.º 137.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto). Deve incluir também o ofício de modelo RL-39.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE VOTO DA FREGUESIA DE _____

SECCÃO DE VOTO N.º _____

OFÍCIO

Exmo. Senhor
 Dr. Juiz de Direito da Comarca
 de _____

Assunto: Envio de boletins de voto com votos válidos e votos em branco.

Ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 137.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, junto remeto a V.Ex.ª os boletins de voto que não foram objeto de reclamação ou protesto, tendo sido, portanto, considerados no apuramento. Remetem-se também, ao abrigo do mesmo preceito, os boletins de voto com votos em branco.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Mesa

 (assinatura)

NOTA: Este ofício acompanha o sobrescrito ou pacote lacrado (modelo RL-38) que contém os boletins de voto destinados a serem confiados à guarda do juiz de direito da comarca e que devem mais tarde ser destruídos nos termos do n.º 2, do artigo 137.º.

INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA DE APURAMENTO GERAL



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE APURAMENTO GERAL

Edital

DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE APURAMENTO GERAL

_____, Presidente da Assembleia de Apuramento Geral faz público, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do artigo 142.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, que foram designados para desempenhar funções de membros desta Assembleia, os seguintes cidadãos:

Presidente _____

Secretário _____

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Assembleia de Apuramento Geral

 (assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital é afixado à porta do edifício da Câmara Municipal, onde funciona a Assembleia, imediatamente a seguir à constituição da mesma (até à antevéspera do dia designado para o referendo).



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020
 ASSEMBLEIA DE APURAMENTO GERAL

Recibo

Recebi do Presidente da Assembleia/Secção de Voto n.º _____ da Freguesia de _____
 _____ a ata, os cadernos eleitorais, os boletins de voto com votos
 nulos e aqueles sobre os quais incidem reclamação ou protesto e demais documentação respeitante
 ao referendo, remetida ao abrigo dos art.º s 136.º e 139.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Assembleia de Apuramento Geral

 (assinatura e autenticação)



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020

ASSEMBLEIA DE APURAMENTO GERAL

Edital APURAMENTO GERAL

_____, Presidente da Assembleia de Apuramento Geral faz público, nos termos do art.º 145.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, que é o seguinte o resultado do apuramento efetuado:

	N.º total	(%)
Eleitores inscritos	_____	
Votantes	_____	_____
Não votantes	_____	_____
Votos validamente expressos	_____	_____
Respostas afirmativas (SIM)	_____	_____
Respostas negativas (NÃO)	_____	_____
Votos em branco	_____	_____
Votos nulos	_____	_____

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Assembleia de Apuramento Geral

(assinatura e autenticação)

NOTA: Este edital é afixado à porta da Câmara Municipal onde funciona a respetiva Assembleia.



REFERENDO LOCAL - 13 DE SETEMBRO DE 2020
ASSEMBLEIA DE APURAMENTO GERAL

Certidão
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE MEMBRO
DA ASSEMBLEIA DE APURAMENTO GERAL

_____, Presidente da Assembleia de Apuramento Geral certifica, para os efeitos legais que _____ exerceu funções de membro desta assembleia entre os dias _____.

_____, _____ de _____ de 2020

O Presidente da Assembleia de Apuramento Geral

 (assinatura e autenticação)

QUADRO CRONOLÓGICO DAS OPERAÇÕES DO REFERENDO LOCAL

Referendo Local - Município de Chaves

13 de setembro de 2020



Legislação das operações	JULHO							AGOSTO							SETEMBRO							OUTUBRO																																								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto alterada pelas Leis Orgânicas n.ºs 3/2010, de 15 de dezembro, 1/2011, de 30 de novembro e 3/2018, de 17 de agosto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
CONVOCAÇÃO DO REFERENDO																																																														
O Presidente da Câmara Municipal convoca o referendo e marca a data da sua realização.	Art.º 32.º																																																													
CAMPANHA DO REFERENDO																																																														
Proibição da propaganda política feita, direta ou indiretamente através dos meios de publicidade comercial.	Art.º 51.º																																																													
Período durante o qual os arrendatários dos prédios urbanos os podem destinar à preparação e realização da campanha.	Art.º 59.º n.º 1																																																													
Os partidos ou coligações entregam à C.N.E. declaração de que pretendem tomar posição e participar no esclarecimento sobre a questão submetida ao eleitorado.	Art.º 38.º																																																													
Constituição de grupos de cidadãos eleitores que pretendam participar no esclarecimento da questão submetida a referendo.	Art.º 39.º n.º 1																																																													
Declaração à C.M. dos proprietários de salas de espetáculo que permitam a sua utilização para a campanha.	Art.º 56.º n.º 1																																																													
Declaração à C.M. dos partidos e grupos de cidadãos que estão interessados na utilização de salas de espetáculo para propaganda.	Art.º 56.º n.º 3																																																													
As publicações informativas privadas e cooperativas comunicam à C.N.E. a sua decisão de inserir matéria respeitante à campanha para o referendo.	Art.º 63.º n.º 1																																																													
A.C.M. ouvidos os representantes dos partidos e grupos de cidadãos distribui gratuitamente o tempo de utilização das casas de espetáculo e edifícios públicos.	Art.ºs 56.º n.º 4 e 58.º n.º 1																																																													
A.C.M. anuncia, através de editais, os locais onde pode ser afixada propaganda eleitoral.	Art.º 7.º da Lei n.º 97/88																																																													
As J.F. estabelecem os locais de afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos.	Art.º 50.º																																																													
Período da campanha para o referendo.	Art.º 45.º																																																													
Proibição da divulgação dos resultados de sondagens ou inquéritos relativos à atitude dos eleitores perante o ato referendário.	Art.º 10.º n.º 1 da Lei n.º 10/2000																																																													
Prestação de contas do referendo.	Art.º 64.º																																																													
CONSTITUIÇÃO DAS A.V./NOMEAÇÃO DE DELEGADOS/ESCOLHA DOS MEMBROS DE MESA																																																														
O Presidente de C.M. determina as assembleias de voto e comunica às J.F.	Art.º 67.º n.ºs 1 e 2																																																													
Recurso para o Tribunal da Comarca com jurisdição na sede do distrito da determinação das A.V., sua decisão e afixação da mesma.	Art.º 67.º n.ºs 3 e 4																																																													
Recurso para o T.C. das decisões do Tribunal da Comarca sobre a determinação das A.V.	Art.º 67.º n.º 5																																																													
Sua decisão.	Recurso Decisão																																																													
O Presidente de C.M. determina os locais de funcionamento das A.V./S.V e comunica às J.F.	Art.º 69.º n.º 1																																																													
As J.F. anunciam por edital, os locais de funcionamento das A.V./S.V.	Art.º 69.º n.º 2																																																													
O Presidente de C.M. anuncia por edital, o dia, hora e locais em que se reúnem as A.V.	Art.º 70.º																																																													
Reunião dos representantes dos partidos e dos grupos de cidadãos, na sede da J.F., para a escolha dos membros das mesas das A.V./S.V.	Art.º 76.º n.º 1																																																													
No caso de falta de acordo, preenchimento da mesa através de sorteio a realizar pelo Presidente da J.F.	Art.º 76.º n.º 2																																																													
Afixação de edital na sede da J.F. com os nomes dos membros da mesa escolhidos.	Art.º 77.º n.º 1																																																													
Reclamação para o juiz da comarca contra a escolha, sua decisão e comunicação ao Presidente da J.F.	Art.º 77.º n.ºs 1 e 2																																																													

Até 90 dias após a proclamação oficial dos resultados.

(Reclamação) 1
(Decisão e comunicação) 2

O Presidente da C.M. lavra o alvará de designação dos membros das mesas e participa às J.F.	Art.º 78.º	7
Os partidos ou grupos de cidadãos indicam ao Presidente da C.M. os seus delegados e suplentes às A.V.S.V. (no caso do voto antecipado dos doentes internados, dos presos e dos estudantes os delegados e suplentes devem ser indicados ao Presidente da C.M.).	Art.ºs 86.º e 120.º n.º 4	30 1 (Voto antecipado)
VOTO ANTECIPADO - docentes profissionais (*) - docentes internados; presos (***) - estudantes (***) - deslocados no estrangeiro (****)		
O eleitor dirige-se ao Presidente da C.M. de Chaves a fim de exercer o direito de voto. (†)	Art.º 119.º n.º 1	3
O eleitor requer ao Presidente da C.M. de Chaves a documentação necessária ao exercício do direito de voto. (**)(***)	Art.ºs 120.º n.º 1 e 120.º-B n.º 1	24
O Presidente da C.M. de Chaves envia ao eleitor a documentação de voto. (**)(***)	Art.ºs 120.º n.º 2 a) e 120.º-B n.º 1	27
O Presidente da C.M. de Chaves envia aos Presidentes das C.M. onde os eleitores se encontram relação nominal e indicação dos estabelecimentos abrangidos. (**)(***)	Art.ºs 120.º n.º 2 b) e 120.º-B n.º 1	27
O Presidente de C.M. em cuja área se situam os estabelecimentos onde haja voto antecipado notifica os partidos, grupos de cidadãos e coligações para indicação de delegados, dando conhecimento aos locais. (**)(***)	Art.ºs 120.º n.º 3 e 120.º-B n.º 3	28
O Presidente da C.M. onde se situam os estabelecimentos em que hajam eleitores para votar recolhe ai os respetivos votos, em dia e hora previamente anunciados. (**)	Art.º 120.º n.º 5	31
O Presidente da C.M. onde se situa o estabelecimento de ensino em que haja eleitores para votar recolhe ai os respetivos votos, em dia e hora previamente anunciados. (***)	Art.º 120.º-B n.º 3	31
Exercício do voto antecipado por eleitores recenseados no município de Chaves e deslocados no estrangeiro. (***)	Art.º 120.º-A n.º 1	1
O Presidente da J.F. envia o voto antecipado à mesa da A.V.S.V. (†)(**)(***)	Art.ºs 119.º n.º 9, 120.º n.º 5 e 6 e 120.º-B n.º 3	13
VOTAÇÃO E APURAMENTO DOS RESULTADOS		
As C.R. imprimem duas cópias dos cadernos eleitorais.	Art.º 71.º n.º 1	9
O Presidente da C.M. envia ao Presidente da J.F. o material eleitoral.	Art.º 71.º n.º 2	10
A.J.F. entrega ao presidente da mesa, até 1 hora antes da abertura da A.V.S.V. os cadernos eleitorais, os cadernos de atas, impressos e boletins de voto.	Art.º 71.º n.º 3	13
Dia do referendo - das 8 às 19 horas.	Art.ºs 105.º n.º 1 e 111.º n.º 1	13
Apuramento parcial - operações.	Art.º 127.º a 139.º	13
Envio ao Presidente da Assembleia de Apuramento Geral das atas, cadernos e demais documentos respeitantes ao referendo.	Art.º 139.º	14
Devolução ao Tribunal de Comarca com jurisdição na sede do distrito dos boletins de voto não utilizados ou inutilizados.	Art.ºs 95.º e 127.º	14
Constituição da Assembleia de Apuramento Geral.	Art.º 142.º n.º 1	11
Apuramento Geral.	Art.º 142.º e seqs.	15 (Até o mais tardar 17 de setembro)
Proclamação e publicação dos resultados do apuramento geral, elaboração da ata e envio de 2 exemplares da mesma à C.N.E.	Art.ºs 145.º e 146.º	17 (Envio da ata nos 2 dias seguintes à conclusão)
Elaboração do mapa dos resultados do referendo pela C.N.E. e envio ao Presidente da Assembleia Municipal.	Art.º 147.º	(Nos 8 dias subsequentes à recepção da ata)
Recurso para o T.C. das irregularidades ocorridas no decurso da votação, Respostas dos partidos, coligações ou grupos de cidadãos.	Art.ºs 163.º e 154.º n.º 3	18 (Recurso) - 1 dia (Resposta) - 1 dia
Decisão do plenário do T.C.	Art.º 154.º n.º 4	23 (2 dias)
Nova votação no caso de adiamento da votação do referendo.	Art.º 112.º	n.º 1 20 ou n.º 2 27
Repetição de votação em caso de assembleia de voto cuja votação foi anulada.	Art.º 155.º n.º 2	

† Previamente deve o eleitor contactar o gabinete do Presidente da C.M. da área do estabelecimento de ensino com vista a obter informação mais pressa quanto ao exercício do seu direito de voto.



SGMAI
SECRETARIA
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Administração Eleitoral
Praça do Comércio, Ala Oriental
1149 - 015 Lisboa

Tel.: 213 947 100
adm.eleitoral@sg.mai.gov.pt
www.sg.mai.gov.pt